Presidente

Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy

Paulo Roberto Ferreira Levy

Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 28 de maio de 1992

DIRETORIA**Diretor-Presidente**

Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes

Henrique Alves de Araújo

Roberto Müller Filho

Roberto de Souza Ayres

José Andretto Filho

Página 4

O Congresso Nacional está colocado diante de um desafio extraordinário, por força dos lamentáveis acontecimentos que acabaram culminando na constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o que é e a quem envolve o chamado "caso PC".

Num momento em que o País se vê direcionado para a implementação de um conjunto de reformas estruturais que podem significar seu reencontro com o futuro, cabe ao poder legislativo mostrar que não se imobilizará por força de uma crise política artificial e escrava de interesses cujos matizes e sutilezas ainda não estão claramente definidos.

É importante insistir: não nos parece que seja o momento de bater e rebater na tecla relativa à propriedade da instalação de uma CPI para apurar caso tão momentoso quanto despido de efetiva importância. Parece-nos, ainda, que é indiscutível o dever que ambas as casas legislativas têm de manter uma disposição de lida e combate para com a carregada agenda de priorida-

O Congresso da CPI e o da agenda nacional

des nacionais. O essencial não pode ser abafado pela circunstância.

É comum, em sociedades nas quais as instituições sofrem de fragilidade intrínseca, que, ao menor sinal de crise política, se paralise tudo e todos, à espera de um desfecho. Não é este o caso do Brasil, depois de 27 meses de governo Collor.

Ainda que à constante trepidação constatada no primeiro ano e meio de governo se tenha sucedido a modorra preocupante que caracteriza uma inflação estabilizada na casa dos 20% mensais, parece-nos que vivenciamos agora um momento de transição — delicada, muito frágil, mesmo —, no sentido do encontro com quadras políticas e econômicas mais estáveis e profícuas.

Há, por exemplo, que se constatar o avanço obtido pelos atuais administradores econômicos no trato com nossas contrapartes internacionais. Ainda que, no caso do Fundo Mone-

tário Internacional, estejamos de novo assoberbados por metas de desempenho econômico que não conseguimos cumprir, sem dúvida estamos em melhor posição do que aquela em que estávamos quando havíamos entrado pelo caminho do confronto. O acerto com o Fundo pavimentou o caminho para o acerto com o Clube de Paris e, se fatos novos não sobrevierem, deverá ajudar no fechamento de um acordo com os bancos comerciais.

Internamente, a já mencionada agenda de reformas estruturais e de desregulamentação da economia é um outro sinal inequívoco de que boa semente foi plantada, ainda que em solo pobre e difícil de ser trabalhado.

São variados, todos pesados e difíceis, os trabalhos com os quais o Congresso tem de se ver.

Da reestruturação dos portos à questão da inescapável reforma fiscal, da revisão e

implementação da carta constitucional à questão das patentes farmacêuticas, tudo aponta na direção de um país mais moderno e competente.

Por tudo isso o Congresso não pode embarcar na tentação de espadanar as águas da política rasteira que costumam banhar as iniciativas que atendem a interesses variados, menos os nacionais.

Quando o presidente Fernando Collor insiste, junto aos líderes do governo, para que mantenham a coesão necessária para a aprovação de projetos considerados prioritários pelo Executivo, nada mais está fazendo do que ressaltar a importância da pauta de trabalhos oferecida ao Legislativo.

Cabe, portanto, aos políticos da oposição o ônus da demonstração de interesse efetivo por aqueles assuntos que determinarão mudanças substantivas nas vidas de todos os cidadãos brasileiros. O resto é apenas como a poeira que o gado desgarrado levanta quando marcha sem destino certo. O Congresso, mais do que nunca, deve delimitar o que separa o essencial do acessório na vida do País.